



 **VELOSO
& ASSOCIADOS**
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CONFERÊNCIA OE 2019

PROGRAMA

Manhã [9.30h]

- » Registo dos Beneficiários Efetivos e Regimes Excepcionais de Regularização Tributária;
MNA Advogados
- » Os desafios das Regularizações do IVA nos casos de Mora e de Incobrabilidade;
VLP SROC
- » Benefícios Fiscais (DLRR, RFAI, Remuneração Convencional do Capital e Criação Líquida de Emprego);
VLP SROC

Tarde [14.30h]

- » Principais alterações fiscais contidas no Orçamento de Estado para 2019;
VLP SROC
- » Fiscalidade e contabilidade com tecnologia: O Ficheiro SAF-T, SVAT e IES - Impacto na Contabilidade;
Primavera BSS
- » As novas exigências da contabilidade e fiscalidade como oportunidade para a melhoria da gestão empresarial.
Value Added Partners

 **VELOSO
& ASSOCIADOS**
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

BENEFÍCIOS FISCAIS

Encerramento de contas 2018

18 de janeiro de 2019
Carlos Pereira

PROGRAMA



- RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento - CFI
- DLRR - Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos - CFI
- SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial - CFI
- Remuneração Convencional do Capital Social - EBF
- Criação de Emprego - EBF

5



RFAI Regime Fiscal de Apoio ao Investimento

6

ENQUADRAMENTO

- Instrumento de política fiscal de incentivo ao investimento produtivo e à criação de emprego, dirigido para determinados setores de atividade;
- Aprovado pela Lei n.º 10/2009;
- Vigência prorrogada pelos OE's 2010 a 2013;
- Alterado e transferido para o CFI (D.L. 82/2013);
- Regime atual: CFI (D.L. 162/2014) e Portaria 297/2015.

7

SETORES ELEGÍVEIS (Portaria n.º 282/2014)

- Indústrias extrativas - divisões 05 a 09;
- Indústrias transformadoras - divisões 10 a 33;
- Alojamento - divisão 55;
- Restauração e similares - divisão 56;
- Atividades de edição - divisão 58;
- Atividades cinematográficas, de vídeo e de produção de programas de televisão - grupo 591;
- Consultoria e programação informática e atividades relacionadas - divisão 62;
- Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas e portais web - grupo 631;
- Atividades de investigação científica e de desenvolvimento - divisão 72;
- Atividades com interesse para o turismo - subclasses 77210, 90040, 91041, 91042, 93110, 93210, 93292, 93293 e 96040;
- Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas - classes 82110 e 82910.

8

SETORES NÃO ELEGÍVEIS

Atividades excluídas do âmbito setorial de aplicação das OAR e do RGIC:

- Setor siderúrgico;
- Carvão;
- Pesca e aquicultura;
- Produção agrícola primária e comercialização e transformação de produtos agrícolas;
- Silvicultura;
- Fibras sintéticas;
- Construção naval;
- Transportes;
- Energia.

9

CONDIÇÕES DE ACESSO

- Contabilidade regularmente organizada;
- O lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
- Mantenham na empresa e na região os bens objeto do investimento durante um período mínimo de:
 - Três anos, no caso de micro, pequenas e médias empresas;
 - Cinco anos, nos restantes casos; ou
 - Se inferior, durante o respetivo período mínimo de vida útil.
- Inexistência de dívidas ao Estado e à Segurança Social;
- Não sejam consideradas empresas em dificuldade;
- O investimento relevante deve proporcionar a criação de postos de trabalho que deverão ser mantidos até ao final do período mínimo de manutenção dos bens objeto de investimento.

10

CONDIÇÕES DE ACESSO \ EMPRESAS EM DIFICULDADE

Remissão para o parágrafo 18 do artigo 2.º do RGIC:

- Perda de mais de metade do capital social, devido a perdas acumuladas;
- Empresas objeto de um processo coletivo de insolvência ou que cumpram os critérios para sujeição a um processo semelhante;
- Empresas que tenham recebido um auxílio de emergência e ainda não tiverem reembolsado o empréstimo ou terminado a garantia, ou tiverem recebido um auxílio à reestruturação e ainda estiverem sujeitas a um plano de reestruturação;
- Empresas não PME sempre que nos dois últimos anos:
 - O rácio dívida contabilística/fundos próprios tiver sido superior a 7,5; e
 - O rácio de cobertura dos juros da empresa, calculado com base no EBITDA, tiver sido inferior a 1,0.

11

CONDIÇÕES DE ACESSO \ CRIAÇÃO DE EMPREGO

Fichas Doutrinárias da AT - Processos 2010 002853 e 2010 001800:

- Contratos de trabalho sem termo (admissão de novos trabalhadores ou conversão de contratos a termo);
 - ▣ Decisão do CAAD - Processo n.º 516/2017-T;
- Pode acontecer com a admissão de um único trabalhador;
- À data de fim do exercício, comparativamente com a média dos 12 meses precedentes;
- Aferição no final de cada exercício, salvo se os investimentos forem exclusivamente constituídos por adições aos investimentos em curso, situação em que a criação de postos de trabalho é aferida no ano em que o investimento estiver concluído;
 - ▣ Interpretação à luz do n.º 3, artigo 2.º da Portaria 297/2015: remissão para o conceito de investimento inicial.

12

RFAI

INVESTIMENTOS INICIAIS

O RFAI aplica-se a apenas a investimentos iniciais:

- Criação de um novo estabelecimento;
- Aumento da capacidade de um estabelecimento existente;
- Diversificação da atividade (produtos não produzidos anteriormente);
 - O montante das aplicações relevantes deve exceder o montante das amortizações e depreciações dos ativos associados à atividade a modernizar dos últimos 3 anos.
- Mudança fundamental do processo de produção global;
 - As aplicações relevantes devem exceder em, pelo menos, 200% o valor líquido contabilístico dos ativos que são reutilizados.

13

RFAI

INVESTIMENTOS INICIAIS

No caso de Não PME's localizadas no Algarve, Grande Lisboa ou Península de Setúbal, o RFAI aplica-se apenas a investimentos que respeitem:

- à criação de um novo estabelecimento; ou
- à diversificação da atividade (para atividade não semelhante à anterior).

14

RFAI

APLICAÇÕES RELEVANTES

- **Ativos Fixos Tangíveis adquiridos em estado novo, com exceção de:**

- Terrenos, salvo exploração de concessões mineiras, águas minerais naturais e de nascente, pedreiras, barreiros e areeiros em projetos da indústria extrativa;
- Construção, aquisição, reparação e ampliação de quaisquer edifícios, salvo instalações fabris ou afetos a atividades turísticas, de produção de audiovisual ou administrativas;
- Viaturas ligeiras de passageiros ou mistas;
- Mobiliário e artigos de conforto ou decoração, salvo equipamento hoteleiro afeto à exploração turística;
- Equipamentos sociais;
- Outros bens de investimento que não estejam afetos à exploração da empresa.

15

RFAI

APLICAÇÕES RELEVANTES

- **Ativos Intangíveis:**

- Aquisição de direitos e patentes;
- Licenças;
- Know-How;
- Conhecimentos técnicos não protegidos por patente.

No caso de **Não PME's**, não podem exceder 50% do total das aplicações relevantes;

16

APLICAÇÕES RELEVANTES

- **Ativos Intangíveis \ condições adicionais**
 - Exclusivamente utilizados no estabelecimento objeto dos benefícios fiscais;
 - Ativos amortizáveis, nos termos das regras contabilísticas;
 - Adquiridos em condições de mercado a terceiros não relacionados;
 - Permaneçam associados ao investimento durante 5 anos, ou 3 anos, no caso de PME's.

17

APLICAÇÕES RELEVANTES

- Adições efetuadas aos Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis;
- Adições efetuadas aos investimentos em curso:
 - com a natureza de Ativos Fixos Tangíveis; e
 - que não digam respeito a Adiantamentos.

18

BENEFÍCIOS FISCAIS

- Norte, Centro, Alentejo, Açores e Madeira:
 - Dedução à coleta de IRC de 25% dos investimentos relevantes até 10M€ e de 10% na parte que exceda os 10M€.
 - ① OE 2019 - 15M€
- Algarve, Grande Lisboa e Península de Setúbal:
 - Dedução à coleta de IRC de 10% dos investimentos relevantes.
- Isenção ou redução de IMT e IS, relativamente aos prédios considerados investimentos relevantes, e de IMI (10 anos), relativamente aos prédios utilizados no âmbito de investimentos relevantes.
 - ① Dependentes de reconhecimento do interesse do investimento para a região, por parte da assembleia municipal competente (IMT e IMI).

19

BENEFÍCIOS FISCAIS \ LIMITES E PRAZOS DE REPORTE

- Dedução à coleta de IRC do período em que sejam realizadas as aplicações relevantes, com os seguintes limites:
 - Totalidade da coleta, nos 3 primeiros períodos de atividade;
 - 50% da coleta, nos restantes casos.
- Dedução até ao 10.º período de tributação posterior, em caso de insuficiência de coleta;

20

RFAI

BENEFÍCIOS FISCAIS \ LIMITES E PRAZOS DE REPORTE

▪ Funcionamento dos limites e do reporte:

- Ficha Doutrinária da AT - Processo 2015 003113;
- Limites de dedução à coleta independentes, por cada período em que exista a realização de aplicações relevantes;

Exemplo:

Reporte RFAI 2017:	60.000 €	
RFAI 2018:	60.000 €	
Coleta de IRC de 2018:	100.000 €	
Dedução - RFAI 2017:	50.000 €	(50% da coleta de 2018)
Dedução - RFAI 2018:	50.000 €	(50% da coleta de 2018)
IRC a pagar:	0 €	

21

RFAI

BENEFÍCIOS FISCAIS \ LIMITES E PRAZOS DE REPORTE

Limites máximos (43.º CFI):

NUTS II	NUTS III	LAU 1/LAU 2	Limites máximos aplicáveis aos auxílios ao investimento com finalidade regional
1 — Regiões elegíveis para auxílio nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia			
Norte			25 %
Centro			25 %
Alentejo			25 %
Região Autónoma dos Açores			45 %
Região Autónoma da Madeira			35 %
2 — Regiões elegíveis para auxílio nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia			
Algarve			10 %
Grande Lisboa	Grande Lisboa	Mafra	10 %
		Loures	10 %
		Vila Franca de Xira	10 %
		S. João das Lampas e Terrugem	10 %
Península de Setúbal			10 %

Estes limites são majorados em 10%, no caso de médias empresas, e em 20%, no caso de micro e pequenas empresas (aplicações relevantes até 50M €).

22

BENEFÍCIOS FISCAIS \ LIMITES E PRAZOS DE REPORTE

Definição de Micro, Pequenas e Médias empresas:

(Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão)

- Micro: n.º Trabalhadores < 10 e VN ou BL <=2M€
- Pequena: n.º Trabalhadores < 50 e VN ou BL<=10M€
- Média: n.º Trabalhadores < 250 e VN <=50M€ ou BL <=43M€

23

BENEFÍCIOS FISCAIS \ CUMULATIVIDADE COM OUTROS AUXÍLIOS DE ESTADO

- Os limites do Art. 43.º do CFI aplicam-se à totalidade dos auxílios de estado com finalidade regional concedidos ao mesmo investimento inicial;
- Intensidade máxima de auxílio calculada com base num equivalente-subvenção bruto (ESB), em relação aos custos totais elegíveis do investimento;
- **ESB - Equivalente-subvenção bruto:** Valor atualizado do auxílio expresso em percentagem do valor atualizado dos custos elegíveis, calculado em relação à data da concessão do auxílio com base na taxa de referência em vigor nessa data.

24

RFAI



BENEFÍCIOS FISCAIS \ CUMULATIVIDADE COM OUTROS AUXÍLIOS DE ESTADO

$$ESB = \frac{VA \text{ (Incentivo não reembolsável + bonificação de juros + DLRR + RFAI)}}{VA \text{ Investimento inicial}}$$

- **Taxas de referência**

http://ec.europa.eu/competition/state_aid/legislation/reference_rates.html

Para o cálculo da taxa de atualização devem ser somados 100 pontos base.

25

RFAI



BENEFÍCIOS FISCAIS \ CUMULATIVIDADE COM OUTROS AUXÍLIOS DE ESTADO

- A verificação de que foi ou não excedida a taxa máxima de auxílio vai sendo feita em cada um dos períodos de tributação, com base no valor atual dos benefícios financeiros e fiscais que foram já **efetivamente usufruídos/utilizados**, tendo por base o valor atualizado das **aplicações relevantes inicialmente previstas**;
- No período de tributação em que se concluir o investimento, o cálculo passa a ser efetuado com base nas **aplicações relevantes efetivamente realizadas**;
- No período de tributação em que, eventualmente, for excedida a taxa máxima de auxílio, o excesso é corrigido no campo 372 do quadro 10 da modelo 22.

26

RFAI

BENEFÍCIOS FISCAIS \ INCUMPRIMENTO

Caso os bens objeto do investimento não sejam mantidos na empresa e na região pelo prazo mínimo definido



Devolução do imposto que deixou de ser pago, acrescido de juros compensatórios majorados em 10 pp.

27

RFAI

BENEFÍCIOS FISCAIS \ REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO**RETGS**

- Os limites de dedução à coleta do RFAI aplicam-se por referência à coleta apurada no âmbito do grupo;
- Caso os investimentos tenham sido efetuados antes da entrada da sociedade no perímetro de um grupo para efeitos fiscais, os limites à coleta são apurados com base na coleta individual que essa sociedade apuraria, caso não fizesse parte do grupo.

28

DLRR

Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos

29

DLRR

ENQUADRAMENTO

- Instrumento de política fiscal de incentivo ao investimento em favor de PME's;
- Entrada em vigor em 2014: EBF - Artigos 66.º-C a 66.º-L;
- Regime atual: CFI (D.L. 162/2014);
- Incentivo ao investimento nos termos do RGIC.

30

DLRR

**ENTIDADES ELEGÍVEIS**

- Sujeitos passivos de IRC residentes em PT;
- Não residentes com Estabelecimento Estável em PT;
- Exerçam a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola;
- Sejam PME (Recomendação n.º 2003/361/CE).

31

DLRR

**ENTIDADES ELEGÍVEIS \ CONDIÇÕES DE ACESSO**

- Contabilidade regularmente organizada;
- O lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
- Tenham a situação fiscal e contributiva regularizada.

32

DLRR



ENTIDADES ELEGÍVEIS \ EXCLUSÕES

- Setores da pesca, da aquicultura e da produção agrícola primária;
- Estejam sujeitos a uma injunção de recuperação na sequência de uma decisão da Comissão Europeia, ainda pendente, que declare um auxílio ilegal e incompatível com mercado interno;
- Sejam consideradas empresas em dificuldade.

33

DLRR



APLICAÇÕES RELEVANTES

- **Ativos Fixos Tangíveis adquiridos em estado novo, com exceção de:**
 - Terrenos, salvo exploração de concessões mineiras, águas minerais naturais e de nascente, pedreiras, barreiros e areeiros em projetos da indústria extrativa;
 - Construção, aquisição, reparação e ampliação de quaisquer edifícios, salvo quando afetos a atividades produtivas ou administrativas;
 - Viaturas ligeiras de passageiros ou mistas (salvo se afetas a serviço público de transportes ou a serem alugadas);
 - Barcos de recreio e aeronaves;
 - Artigos de conforto ou decoração, salvo equipamento hoteleiro afeto à exploração turística;
 - Ativos afetos a atividades no âmbito de acordos de concessão ou PPP.

34

DLRR



APLICAÇÕES RELEVANTES

- Adições efetuadas aos Ativos Fixos Tangíveis;
- Adições efetuadas aos investimentos em curso:
 - com a natureza de Ativos Fixos Tangíveis; e
 - que não digam respeito a Adiantamentos.
- Apenas aplicações relevantes que respeitem a um Investimento Inicial.

35

DLRR



APLICAÇÕES RELEVANTES \ CONDIÇÕES ADICIONAIS

- Os AFT devem ser detidos e contabilizados de acordo com as regras que determinaram a sua elegibilidade, por um **período mínimo de 5 anos**;
- Se alienados antes de decorridos 5 anos, o valor de realização deve ser reinvestido até ao final do período de tributação seguinte, devendo os novos ativos ser mantidos, pelo menos, até completar o referido prazo;
- No caso de ativos adquiridos em regime de locação financeira, dedução condicionada ao exercício da opção de compra no prazo de 5 anos.

36

DLRR



BENEFÍCIOS FISCAIS

- Dedução à coleta de IRC de 10% dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes no prazo de 3 anos, contado do final do período de tributação a que se referem os lucros retidos;
- Montante máximo dos lucros retidos e reinvestidos: 7,5M€;
① OE2019: 10M€
- Até 25% da coleta, sem possibilidade de reporte (50%, no caso de micro e pequenas empresas);
① Dedução deve ser efetuada respeitando a antiguidade do nascimento do direito dos diferentes benefícios.

37

DLRR



BENEFÍCIOS FISCAIS \ CONDIÇÕES ADICIONAIS

- Constituição de uma reserva especial correspondente aos lucros retidos e reinvestidos;
- Impossibilidade de utilização da reserva especial para distribuição aos sócios, até ao final do 5.º exercício posterior ao da sua constituição;
- Cumulável com o regime dos benefícios contratuais e com o RFAI, ficando sujeito ao limite máximo aplicável aos auxílios com finalidade regional.

38

DLRR



BENEFÍCIOS FISCAIS \ INCUMPRIMENTO

- Não concretização do reinvestimento no prazo de 3 anos;
- Não manutenção dos ativos pelo prazo mínimo de 5 anos;
- Não exercício da opção de compra nas locações financeiras, no prazo de 5 anos;
- Não constituição da reserva especial, ou a sua utilização para distribuição aos sócios antes de decorridos 5 anos;



Devolução do imposto que deixou de ser pago, relativamente à parte em incumprimento, acrescido de juros compensatórios majorados em 15 pp.

39

DLRR




BENEFÍCIOS FISCAIS \ REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

RETGS

A dedução é efetuada à coleta do Grupo, com o limite de 25%, não podendo ultrapassar, em relação a cada sociedade e por cada período de tributação, o limite de 25% da coleta que seria apurada pela sociedade que realizou as aplicações relevantes, caso não se aplicasse o RETGS.


40



SIFIDE

Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial

41



SIFIDE

ENQUADRAMENTO

- Sistema de incentivos dirigido a despesas de investigação e desenvolvimento;
- SIFIDE I - Vigorou entre 2006 e 2010;
- SIFIDE II - Em vigor desde 2011;
- Regime atual: CFI (D.L. 162/2014) - em vigor até 2020.

42

DEFINIÇÕES

- **Despesas de investigação**, as realizadas pelo sujeito passivo de IRC com vista à aquisição de novos conhecimentos científicos ou técnicos;
- **Despesas de desenvolvimento**, as realizadas pelo sujeito passivo de IRC através da exploração de resultados de trabalhos de investigação ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos com vista à descoberta ou melhoria substancial de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de fabrico.

43

ENTIDADES ELEGÍVEIS E CONDIÇÕES DE ACESSO

- Sujeitos passivos de IRC residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza agrícola, industrial, comercial ou de serviços;
- Não residentes com Estabelecimento Estável;
- O lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
- Não sejam devedores ao Estado e à Segurança Social de quaisquer contribuições, impostos ou quotizações, ou tenham o seu pagamento devidamente assegurado.

44

SIFIDE



APLICAÇÕES RELEVANTES

- Aquisições de ativos fixos tangíveis, à exceção de edifícios e terrenos, desde que criados ou adquiridos em estado novo e na proporção da sua afetação à realização de atividades de investigação e desenvolvimento;
- Despesas com pessoal com habilitações literárias mínimas do nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações, diretamente envolvido em tarefas de investigação e desenvolvimento (nível 8 do Quadro Nacional de Qualificações - consideradas em 120%);
- Despesas com a participação de dirigentes e quadros na gestão de instituições de investigação e desenvolvimento;

45

SIFIDE



APLICAÇÕES RELEVANTES

- Despesas de funcionamento, até ao máximo de 55 % das despesas com o pessoal com habilitações literárias mínimas do nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações diretamente envolvido em tarefas de investigação e desenvolvimento contabilizadas a título de remunerações, ordenados ou salários, respeitantes ao exercício;
- Despesas relativas à contratação de atividades de investigação e desenvolvimento junto de entidades públicas ou beneficiárias do estatuto de utilidade pública ou de entidades cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida pela Agência Portuguesa de Inovação;

46

SIFIDE



APLICAÇÕES RELEVANTES

- Participação no capital de instituições de investigação e desenvolvimento ou no capital de fundos de investimento, públicos ou privados, que tenham como objeto o financiamento de empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento e que desenvolvam projetos reconhecidos pela Agência Portuguesa da Inovação;
- Custos com registo e manutenção de patentes;
- Despesas com a aquisição de patentes que sejam predominantemente destinadas à realização de atividades de investigação e desenvolvimento (apenas para micro, pequenas e médias entidades);

47

SIFIDE



APLICAÇÕES RELEVANTES

- Despesas com auditorias à investigação e desenvolvimento;
- Despesas com ações de demonstração que decorram de projetos de investigação e desenvolvimento apoiados (previamente comunicadas à Agência Portuguesa de Inovação).

48

BENEFÍCIOS FISCAIS

- Dedução à coleta de IRC de 32,5% das despesas realizadas no período em aplicações relevantes;
- Taxa incremental de 50% do acréscimo das despesas realizadas no período em relação à média aritmética simples dos 2 períodos anteriores, até ao limite de 1.500.000€;
- Para as micro, pequenas e médias entidades, que não beneficiem da taxa incremental, à dedução à coleta de 32,5% aplica-se uma majoração de 15%;
- As despesas que, por insuficiência de coleta, não possam ser deduzidas no período em que foram realizadas podem ser deduzidas até ao oitavo período seguinte.

49

BENEFÍCIOS FISCAIS \ CONDIÇÕES ADICIONAIS

- Benefício dependente da apresentação de candidatura até ao final do 5.º mês do ano seguinte ao exercício a que dizem respeito as despesas;
 - ① Alteração introduzida pelo OE2018 (até 2017: julho do ano seguinte).
- Dedução justificada por declaração emitida pela Agência Portuguesa de Inovação, a requerer pelas entidades interessadas, ou prova da apresentação do pedido, que comprove:
 - que as atividades exercidas correspondem efetivamente a I&D;
 - os montantes envolvidos;
 - o cálculo do acréscimo das despesas, em relação aos 2 exercícios anteriores; e
 - outros elementos considerados pertinentes.

50

SIFIDE**BENEFÍCIOS FISCAIS \ REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO****RETGS**

- Os limites de dedução à coleta do SIFIDE aplicam-se por referência à coleta apurada no âmbito do grupo;
- Caso as aplicações relevantes tenham sido realizadas antes da entrada da sociedade no perímetro de um grupo para efeitos fiscais, os limites à coleta são apurados com base na coleta individual que essa sociedade apuraria, caso não fizesse parte do grupo.

51

**RCCS****Remuneração Convencional do Capital Social**

52

ENQUADRAMENTO

- Artigo 41.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Regime alargado substancialmente com o OE 2017;
- Novas alterações introduzidas pelo OE 2018.

53

DEDUÇÃO AO LUCRO TRIBUTÁVEL

Na determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, com o limite de 2M€, calculada mediante a aplicação da taxa de 7% a:

- Entradas realizadas em dinheiro no âmbito da constituição de sociedades ou do aumento de capital social;
- Entradas em espécie realizadas no âmbito de aumento de capital social que correspondam à conversão de suprimentos ou de empréstimos de sócios;
- Entradas em espécie realizadas no âmbito de aumento de capital social que correspondam à conversão de créditos;

① FD AT 2016/2646: o que releva para efeitos do benefício fiscal é a data das entradas em espécie (conversão do crédito em capital).

54

DEDUÇÃO AO LUCRO TRIBUTÁVEL

Na determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação da taxa de 7% a:

- Aumentos de capital com recurso aos lucros gerados no próprio exercício, desde que o registo do aumento de capital se realize até à entrega da declaração de rendimentos relativa ao exercício em causa.

55

DEDUÇÃO AO LUCRO TRIBUTÁVEL

- A dedução é efetuada no apuramento do lucro tributável relativo ao período de tributação em que ocorram as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes;

56

RCCS

CONDIÇÕES

- O lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
- A sociedade beneficiária não reduza o seu capital social com restituição aos sócios, quer no período de tributação em que sejam realizadas as entradas relevantes para efeitos da remuneração convencional do capital social, quer nos cinco períodos de tributação seguintes.



O incumprimento desta condição implica a consideração, como rendimento do período de tributação em que ocorra a redução do capital com restituição aos sócios, do somatório das importâncias deduzidas a título de remuneração convencional do capital social, majorado em 15%.

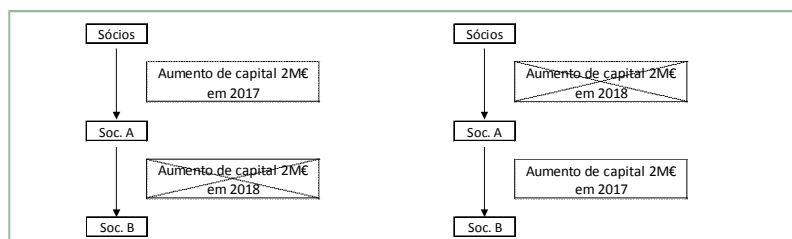
57

RCCS


MEDIDA ANTI-ABUSO

- Este regime não se aplica quando, no mesmo período de tributação ou num dos cinco períodos de tributação anteriores, o mesmo seja ou haja sido aplicado a sociedades que detenham direta ou indiretamente uma participação no capital social da empresa beneficiária, ou sejam participadas, direta ou indiretamente, pela mesma sociedade, na parte referente ao montante das entradas realizadas no capital social daquelas sociedades que haja beneficiado do presente regime.

Exemplo:



58




VELOSO
& ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Artigo 19.º EBF

Criação de Emprego

59



VELOSO
& ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

19.º EBF

ENQUADRAMENTO

- Benefício à contratação de jovens e desempregados de longa duração;
- Artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- **REVOGADO** pela Lei n.º 43/2018, com efeitos a 01 de julho de 2018.

60

19.º EBF

EFEITOS DA REVOGAÇÃO

Sendo de esperar, ainda, esclarecimentos a este propósito por parte da AT, assumimos como prováveis as seguintes posições:

- Os benefícios fiscais criados em períodos anteriores mantêm os seus efeitos, até que se extinga o prazo de 5 anos, previsto no n.º 5 do artigo 19.º EBF;
- Serão elegíveis para este benefício os trabalhadores admitidos até 30/06/2018, desde que reunidas as condições previstas.



- ☒ Data que releva para efeitos da aferição da criação líquida de postos de trabalho: 30/06/2018 ou o final do período?

61

19.º EBF

BENEFÍCIO FISCAL E CONDIÇÕES

- Aplicável aos sujeitos passivos de IRC e IRS com contabilidade organizada;
- Majoração de 50% dos gastos do exercício contabilizados a título de encargos correspondentes à criação líquida de postos de trabalho para jovens e para desempregados de longa duração, admitidos por contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- Relevam as novas admissões e as conversões de contratos a termo;
- A majoração aplica-se durante um período de cinco anos a contar do início da vigência do contrato de trabalho (efeitos podem refletir-se em 6 exercícios);

62

19.º EBF



BENEFÍCIO FISCAL E CONDIÇÕES

- A majoração não é cumulável, quer com outros benefícios fiscais da mesma natureza, quer com outros incentivos de apoio ao emprego previstos noutros diplomas, quando aplicáveis ao mesmo trabalhador ou posto de trabalho;
 - ① Não cumulável com a redução ou isenção de contribuições para a Seg. Social.
- O montante máximo da majoração anual, por posto de trabalho, é o correspondente a 14 vezes a retribuição mínima mensal garantida;
- A criação líquida de postos de trabalho corresponde à diferença positiva, num dado exercício económico, entre o número de contratações elegíveis e o número de saídas de trabalhadores que, à data da respetiva admissão, se encontravam nas mesmas condições.

63

Carlos Pereira

carlos.pereira@vlp.pt

VELOSO
& ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

VELOSO & ASSOCIADOS - SROC, LDA
AV. DA LIBERDADE, 680, 1.º FUR. | 4710-249 BRAGA
T. 253 272 100 | C. 253 272 101
WWW.VLP.PT